

A RIQUEZA INVISÍVEL NA BAHIA SETECENTISTA

Maria José Rapassi Mascarenhas
Doutora em História Econômica – USP
Prof.a. do Departamento e História - UFBA

A escassez da moeda circulante era um problema que afetava a economia da metrópole portuguesa e principalmente da sua colônia na América. Em face deste problema o recurso ao crédito tornou-se uma prática comum nos diversos níveis sociais do Brasil colonial.

Aprofundar essa questão, mostrando de maneira empírica suas evidências no processo de acumulação de riqueza na economia e sociedade baianas do século XVIII, especialmente no período compreendido entre 1760 e 1808, é o propósito desse artigo. Para tanto, valeu-se de abundantes e variadas informações, quantitativas e qualitativas, constantes nos autos de inventários *post mortem* das famílias residentes em Salvador.¹

O exame dos dados obtidos nessa documentação demonstra uma diminuta quantidade de “dinheiro de contado”², distinguindo-se, dentre outros, o crédito como um bem definidor da riqueza e da acumulação colonial. Entende-se o crédito como parte integrante de um conjunto de relações, no qual articulavam-se de forma dinâmica as forças e as atividades produtivas, a circulação de mercadorias, de moedas e o próprio crédito, movido principalmente pelos objetivos mercantis da metrópole portuguesa. Entretanto, este artigo tratará, apenas, da circulação monetária e do crédito.

Com a falta de numerário, generalizou-se não só a prática do crédito, mas também a do escambo. Os inventários compulsados atestam essas práticas na Bahia colonial. Com raras exceções, não se encontra altos valores de dinheiro líquido entre os inventariados.

Não era diferente a situação em outras Capitanias. Alcântara Machado, analisando os autos de inventários de moradores da Cidade de São Paulo no século XVII, assim alude ao escambo ali praticado: “Tamanha é a escassez de numerário que os colonos voltam ao sistema pré-histórico dos escambos *in natura* dos pagamentos em espécie. (...) o dinheiro vinha a ser mantimentos e carnes e cera e couro e gado e bois e vacas e porcos, porquanto não há outra fazenda. Em 1624 a edilidade resolve que os impostos sejam pagos em panos de algodão, cera

¹ Arrolamos o período entre 1760 e 1808, 322 inventários completos. Embora este número não revele o número absoluto da riqueza na Bahia vale como amostragem significativa e representativa da riqueza.

² Dinheiro de contado é uma expressão usada na época colonial significando dinheiro líquido em mão.

e couro, pelos preços correntes. (...) Variam de ano a ano as mercadorias que fazem as vezes de moeda”. “A moeda que existe se encontra nas mãos de alguns ricos e nos cofres dos órfãos”.³

Cronistas e viajantes que por aqui estiveram chamaram a atenção da prática do pagamento em espécie em seus relatos. Brandônio, no início do século XVII, referia-se ao açúcar como meio de pagamento, e sugeria aos moradores da colônia, pelo escasso dinheiro de contado, que, quando enviassem ao Reino “papéis dirigidos por apelação”, mandassem “juntamente com eles um caixão de assucar” e bastaria “para a sua despesa”.⁴

Lindley, bem no princípio do século XIX, constatava que o escambo era a moeda pela qual realizava-se o comércio no Brasil, que pessoas relativamente ricas recebiam o pagamento do seu peixe em dinheiro, artigos de alimentação e vestuário.⁵

Os inventários soteropolitanos do período em foco referem-se a meios de troca como açúcar, tabaco e outros gêneros agrícolas, tecidos, escravos e imóveis. Até mesmo entre os mais ricos não constam valores significativos de dinheiro líquido e era freqüente saldar dívidas com gêneros ou bens de família, como é o caso de Manoel Pereira de Macedo e Aragão e sua mulher Dona Catharina Luiza Marques de Queiroz que venderam parte de seu engenho para Manoel Marques e Queiroz, e receberam do comprador como pagamento uma morada de casas de três andares com suas lojas de aluguel.⁶

Provavelmente, numa tentativa de minorar os entraves provocados pela reduzida quantidade de moeda circulante, entre outros motivos, criou-se a Casa da Moeda do Rio de Janeiro em 1698, e dezesseis anos depois a da Bahia, que funcionaram ininterruptamente entre 1734 e 1808. Porém, não foi solucionada a questão da escassez pecuniária na colônia. Apesar da grande extração de ouro e da expansão dos negócios coloniais, os meios de pagamento monetário não se expandiram no nível desejável, pelo contrário, diminuíram no final do século XVIII, rareando mesmo a moeda divisionária.⁷

Atribui-se, como uma das explicações da reduzida circulação monetária a falta de prata na metrópole e, sobretudo, no Brasil. Para S. Schwartz a própria metrópole portuguesa “freqüentemente sofria com a carência de moeda metálica e, após o século XVI, dependeu do fornecimento espanhol da prata da América. Quando esse suprimento começou a minguar,

³ MACHADO, Alcântara. *Vida e morte de um bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins, 1972. p. 133-134

⁴ BRANDÔNIO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Publicações de Academia Brasileira, 1930. p. 57

⁵ LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969. p.172 e 150

⁶ INVENTÁRIO de André M.da Rocha Queiroz, 1805. APEB, Salvador.

⁷ ARRUDA, J. Jobson de Andrade. A circulação, as finanças e as flutuações econômicas. In *Nova história da expansão portuguesa, o império luso-brasileiro 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986. v. VIII p.190

em meados do século XVII, ocorreu uma grave escassez monetária”. No Brasil, a situação foi mais aguda. Conseguia-se prata peruana através do comércio de contrabando com a região do Prata. “Esse fluxo sofreu interrupção na década de 1620 e estancou-se na década de 1640. Tal suspensão aliou-se ao declínio do comércio colonial no decênio de 1670, criando uma severa escassez no Brasil. (...) Em 1670, o governador geral, em resposta à pressão local, escreveu à Coroa que ‘este país está perdido por falta de dinheiro’,” e apontava como saída para essa situação, ativar o comércio com a América espanhola.⁸

Se a insuficiência de numerário estava, em grande parte, relacionada com a carência da prata, como se explica a existência de tanta prata transformada em alfaias, utensílios domésticos, objetos de uso pessoal e outros, como expressam os inventários? Poucas eram as famílias ou pessoas que não possuíam, pelo menos, uma peça de prata em casa como salva, bandeja, castiçais, talheres, pratos, adornos pessoais e outros. O grande valor da prata estimulava o seu entesouramento, era guardada como bem de valor de reserva, além disso, os objetos de prata continham valor de status e prestígio, tão almejados na sociedade daquela época. Provavelmente estejam aí motivos de sua carência na economia colonial.

Em face da reduzida circulação monetária na economia da metrópole e principalmente da Colônia, o crédito caracterizou-se não só como um meio importante de pagamento como também de acumulação. Era um fator essencial nos negócios coloniais. Em vez de acumular-se moeda, acumulava-se crédito. O uso do crédito cresceu a tal ponto que se tornou uma moeda invisível circulando na economia da Colônia.

A escassez pecuniária é notada mesmo em caso de grandes fortunas. Essa carência tornava o dinheiro muito valorizado, de modo que ter “dinheiro de contado” era sinal de grande riqueza. No cômputo geral dos bens das famílias inventariadas, entre 1760 e 1808, havia um volume muito pequeno de dinheiro líquido. Não constava dinheiro líquido na relação de bens da maior fortuna inventariada nesse período. Na segunda fortuna encontramos uma quantia ínfima, cento e trinta mil réis, na quarta havia um conto⁹ setecentos e trinta mil réis, quantia não considerável para uma família rica. Com exceção de um senhor de engenho que deixou cinco contos e quinhentos mil réis de dinheiro, nos demais autos de senhores de engenho ou não consta dinheiro de contado ou se havia, não passava de algumas centenas de mil réis. Os valores mais altos desse bem pertenciam sempre aos comerciantes, variando, geralmente, de cinco contos de réis para menos, até dez mil réis entre os pequenos

⁸ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988, p. 178

⁹ Para se ter uma referência de valor com um conto de réis (1.000\$000) comprava-se, em média, de dez a doze escravos na faixa de vinte anos.

comerciantes. Esta situação indica a existência de uma ínfima liquidez para os senhores de engenho, e a diminuta liquidez presente na economia da colônia concentrava-se nas mãos dos comerciantes. Brandônio, no início do século XVII comentava que dinheiro de contado custava “muito a juntar-se no Brasil”.¹⁰ Esse quadro revela a falta desse meio circulante e a conseqüente necessidade do uso do crédito.

Recorria-se ao crédito quando os lucros não eram suficientes para igualar os custos ou quando o dinheiro era necessário para expansão da produção e também na compra inicial de uma propriedade. Custos ascendentes e instabilidade crônica do mercado e da produção acentuaram a necessidade por capital e uma boa conexão com o crédito.¹¹

Mas, não era só nessas circunstâncias que se buscava crédito, recorria-se também para comprar instrumentos de trabalhos, utensílios domésticos, objetos de uso pessoal, artigos de luxo, etc. Enfim, dirigiam-se ao crédito desde um rico senhor de engenho para investir nos meios de produção, ou nos seus gastos suntuários até o pequeno barbeiro para comprar um tecido de cetim e ter roupa para aparentar status. Escrevia o Morgado Mateus em São Paulo, “nesta terra as mulheres não ganham uma pataca, custam os sapatos 4\$800 e para cima, trajam-nos todas da melhor seda”,¹² tendo que recorrer ao crédito para obter estes artigos e manter a aparência de luxo. Antonil referia-as aos senhores de engenho valendo-se do crédito para comprar peças, cobre, ferro, aço, breu, velas e outras fazendas.¹³ Desse modo buscava-se o crédito para quase tudo, da aplicação na produção à compra de objeto pessoal.

Onde buscar o crédito? A ausência de atividades bancárias na metrópole portuguesa e em sua colônia sul-tropical, impelia os tomadores de empréstimos a recorrer a emprestadores particulares, a pessoas ou a instituições. Somente no início do século XIX, Portugal instituiu casa bancária. Para Pinto de Aguiar o fato de Portugal não dispor “de fontes de produção de prata nem de cobre, sente-se como o problema do meio circulante deve ter despertado a atenção de seus estadistas nesses últimos e primeiros dias da passagem dos séculos XVIII para XIX, pois coincidia a queda mais acentuada da produção do ouro, com um período em que, aumentada grandemente a produção do império, e iniciado neste um processo de emancipação econômica, haveria necessidade premente de expandir os meios de pagamento

¹⁰ BRANDÔNIO, Ambrósio Fernandes. op. cit. p. 57

¹¹ FLORY, Rae J. Dell. Bahia society in the mid. Colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and the Recôncavo, 1680-1725, Tese Ph. D., University of Texas at Austin, mimeo. p. 70-71

¹² CANABRAVA, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1764-67. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 26 (4) : 95-123, out./ dez. 1972. p. 119

¹³ ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711). São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967. p. 169

não somente para o custeio da máquina administrativa, para o fluir das transações mercantis, como também para os investimentos indispensáveis.

[...]

É neste período que se esboçam tentativas para organizar uma circulação fiduciária, a base de emissões de papel moeda e, simultaneamente, com bancos de capacidade emissora”.¹⁴

As maiores fontes de crédito provinham dos comerciantes, sobretudo daqueles que se dedicavam ao comércio marítimo de exportação, conforme mostram os autos de inventário. Entre os maiores credores, por ordem decrescente, pode-se citar: 1) Maria Joaquina de Barros, inventariada em 1808 e seu marido Vital Prudêncio Alves Monteiro. Eram donos de uma fortuna formada por 84,6% de dívidas ativas. Atuavam no comércio marítimo com a África, traficavam escravos, eram proprietários de embarcações, lojas de tecidos e casas de aluguel; 2) Custódio Dias Ferreira, inventariado em 1801, possuidor da maior fortuna da relação dos inventariados, era comerciante e senhor de engenho, proprietário de quatro engenhos, lojas e trapiches. Sua dívida ativa importava em 39,7% do seu montemor. 3) Maria P. Rangel e João R. Silva, 1790, tinha negócios em Lisboa, Porto, África e na Colônia brasileira. Possuía créditos equivalendo a 65% da sua fortuna. 4) Manoel Pereira de Andrade, 1795, comerciante e senhor de engenho, proprietário de dois engenhos, fazenda de gado, lojas, trapiches, embarcações e administrador do real donativo do açúcar e tabaco. Os seus créditos equivaliam a 21,3% de sua fortuna.¹⁵

Os senhores de engenho, que não exerciam nenhum ramo do comércio, vinham em segundo lugar como fontes de crédito, porém, muito distantes dos comerciantes. Entre eles, apareceu como maior credor, em valor absoluto Luís Carlos Pina e Melo, inventariado em 1789, com uma dívida ativa de oito contos e duzentos mil réis, correspondendo a 5,5% de seu montemor. Por outro lado possuía elevada dívida passiva. Em segundo lugar, Sebastião Gago da Câmara, inventariado em 1762, com um ativo de sete contos e setecentos mil réis, equivalendo a 12,2% de seu montemor. Em terceiro lugar, Antonio Marinho de Andrade, inventariado em 1802, com ativo de cinco contos e trezentos mil réis, perfazendo 7,5% da sua fortuna.¹⁶ Os demais senhores de engenho inventariados possuíam dívida ativa na ordem de um conto de réis para menos.

¹⁴ AGUIAR, Pinto de. *Bancos no Brasil colonial*. Salvador, Progresso, 1960. p. 19

¹⁵ INVENTÁRIOS de: Maria Joaquina de Barros, 1808; Custódio Dias Ferreira, 1801; Maria Pereira Rangel, 1790; Manoel Pereira de Andrade, 1795. APEB, Salvador.

¹⁶ INVENTÁRIOS de: Sebastião Gago da Câmara, 1762, Luís Carlos da Silva Pina e Melo 1789 e Antônio Marinho de Andrade, 1802, APEB, Salvador.

Além dessas duas categorias sociais, apareceram como credores, criadores de gado, proprietários de fazendas de cana, proprietários de curtumes, de fábrica de velas, de armação de pesca, profissionais da construção civil, artesãos, carpinteiros, barbeiros, tanoeiros e outros.

De um modo geral, a maioria dos inventariados com nível de riqueza até dois contos de réis, também era credora. Emprestavam-se ou concediam-se créditos em todos os níveis sociais.

No final do século XVII e no início do século XVIII, segundo Rae Flory, os maiores emprestadores de dinheiro eram as instituições religiosas correspondendo a 45,3% do total. Entre elas sobressaiam-se: a Santa Casa de Misericórdia, o Mosteiro de Santa Tereza, o Mosteiro de Santa Clara, a Ordem Terceira de São Francisco, a Ordem Terceira do Carmo, a Irmandade do Sacramento e outras. Vale observar que a irmandade beneficiante da Misericórdia era a maior emprestadora, importando em mais de um quarto da soma total de créditos dessas instituições. Em segundo lugar vinham os homens de negócios: comerciantes com 24,3% do total; em terceiro, profissionais da cidade com 12,5%; em quarto, senhores de engenhos com 7,3%; em quinto, artesãos com 2,4%; em sexto, plantadores de cana, tabaco e criadores de gado com 1,9%; em sétimo, mercadores plantadores com 1,4%; em oitavo, legados administrados privadamente e capelas de missas com 1,4% e indeterminados com 3,0%.^{17 18}

Rae Flory relacionou também os tomadores de empréstimos entre 1696 e 1715. Por ordem vinham: primeiro, senhores de engenho 35% dos valores totais de empréstimos; segundo, comerciantes 17,4%; terceiro, plantadores de cana 16,8%; quarto, plantadores de tabaco e criadores de gado 9,8%; quinto, artesãos 6,1%; sexto, profissionais 5,2%; sétimo, mercadores-plantadores 5,0%; oitavo, instituições e indeterminados 3,6%.¹⁹

Os dados dos autos de inventários de 1760 a 1808, no que diz respeito à ordem de credores e tomadores de empréstimos, indicam a continuidade da ordem apresentada por Rae Flory, no final do século XVII e início do XVIII. Por exemplo, com relação aos maiores devedores, permanecem os senhores de engenho em primeiro lugar. São os casos de Luís Carlos da Silva Pina e Melo, 1789, com uma dívida passiva de quarenta contos de réis, implicando em 27% do valor de seu montemor e de Antonio Marinho de Andrade, 1802, com

¹⁷ Este quadro apresentado por Rae Flory foi construído a partir de trezentos contratos de empréstimos por identidade de credor entre 1696 e 1715. Op. cit. p.73

¹⁸ FLORY, Rae op. cit., p. 73

¹⁹ FLORY, Rae op. cit., p. 75

um passivo montando em trinta e um contos de réis, importando em 54% do valor dos bens inventariados.

Os comerciantes, em geral, não apresentavam dívidas tão altas quanto às dos senhores de engenho, contudo, eram consideráveis. Encontravam-se entre os maiores negociantes devedores, Manoel Pereira de Andrade, como já foi dito, era proprietário de dois engenhos, fazenda de gado e arrematador do real donativo do açúcar e tabaco, devia 18% de sua fortuna. Resta saber se suas dívidas eram provenientes da atividade comercial, da manufatura do açúcar ou da atividade de arrematador. Maria Joaquina de Barros, grande comerciante, atuando em diversos ramos dessa atividade, tinha uma dívida passiva de 12% de sua fortuna.

Como devedores, abaixo dos senhores de engenho e dos comerciantes, vinha uma gama variada de proprietários de fazendas de cana, de gado e de outras produções, donos de manufaturas, pescadores, e artesãos de vários ofícios, sendo, portanto, indivíduos de vários níveis sócio-econômicos. Nessas diferentes categorias sociais, os valores dos débitos variavam da ordem de quinze contos de réis até menos de dez mil réis, sendo que, a maioria dos devedores situava-se na faixa de um conto de réis a três mil réis. Quanto maior era a faixa de valor da fortuna, maior o débito. Dos trezentos e vinte e dois inventários analisados, somente quatorze apresentaram saldo negativo, ou seja, o valor total das dívidas excedeu o valor total da soma de todos os bens deixados pelo inventariado. Entre eles, havia um senhor de engenho, um administrador do contrato dos dízimos reais, pequenos e médios comerciantes, proprietário de roça de cana, pescadores e artesãos. Portanto, os devedores, cujos bens não eram suficientes para pagar as dívidas e créditos, ocorriam nos diversos níveis sociais e de riqueza. E ainda, a constatação de que a maioria dos inventariados não deixou saldo negativo, mostra que a posição das dívidas em geral, não se tornou um problema de grande vulto na Bahia da segunda metade do século XVIII e início do XIX.

Assim, a situação de dívida, a necessidade de investimentos na produção, a necessidade de consumo e o luxo, como já foi visto, levavam as pessoas a procurarem o crédito, e essa prática recorrente gerou uma economia com base no crédito. Com o crédito comprava-se e pagava-se, emprestava-se crédito, assumindo, este, o papel de moeda. O crédito circulava como se fosse uma moeda invisível, através de letra de câmbio, gerando uma riqueza com ínfima liquidez.

O crédito caracterizou-se como um recurso tão essencial na época colonial, que Antonil preocupou-se em recomendar como os senhores de engenho deveriam comportar-se para não perdê-lo. “Crédito de um senhor de engenho funda-se na sua verdade, isto é, na pontualidade e fidelidade em guardar promessas”. Assim como os lavradores cumpriam suas promessas aos

senhores de engenho, estes deveriam cumprir com os comerciantes que lhes emprestavam dinheiro. “Porque, se ao tempo da frota não pagarem o que devem, não terão com que aparelharem para safra vindoura, nem se achará quem queira dar o seu dinheiro ou fazenda nas mãos de que lha não há de pagar”. No entanto, aqueles que desperdiçavam dinheiro em jogos ou em outras coisas, não mereciam crédito ou dilatação do prazo de pagamento.²⁰ No início do século XIX, T. Lindley noticiava que no Brasil uns concediam créditos aos outros em larga escala.²¹

O crédito além de ser um recurso para investimentos, para pagar dívidas ou para comprar qualquer objeto de consumo, era também uma fonte de rendimento através da cobrança de juros das dívidas e dos empréstimos. A prática da usura atingiu uma boa, senão a maior parcela dos colonos, como demonstram os inventários. Dos inventariados compulsados, foi possível contabilizar mais de cem auferindo esse rendimento, desde o grande comerciante e senhor de engenho até o pequeno oficial mecânico.

Na sociedade colonial, com a escassez monetária, valia mais o crédito, a dívida. Quem tinha dívida tinha crédito e quem tinha crédito tinha dívida, ninguém seria verdadeiramente rico sem crédito e sem dívida. Esta prática atingia todos os níveis sociais, do pequeno artesão, ao abastado comerciante e ao senhor de engenho.

Concluindo, pode-se afirmar que o crédito era uma moeda invisível, que circulava nos diferentes níveis sociais e constituía uma parcela considerável da riqueza e da acumulação na economia e na sociedade coloniais baianas da segunda metade do século XVIII e início do século XIX.

Sendo assim, ser rico na Bahia não era só ter propriedade de terra para grandes explorações agrícolas, ter escravos, ser grande comerciante, mas também, possuir acumulação de créditos, essa era a riqueza invisível.

FONTES

INVENTÁRIO de André M.da Rocha Queiroz, 1805. APEB, Salvador.

INVENTÁRIO de Antônio Marinho de Andrade, 1802. APEB, Salvador.

INVENTÁRIO de Custódio Dias Ferreira, 1801. APEB, Salvador.

²⁰ ANTONIL, André J. op. cit. P. 169

²¹ LINDLEY, T. op. cit. p. 172 e 173

INVENTÁRIO de Luís Carlos da Silva Pina e Melo 1789. APEB, Salvador.

INVENTÁRIO de Manoel Pereira de Andrade, 1795. APEB, Salvador.

INVENTÁRIO de Maria Joaquina de Barros, 1808. APEB, Salvador.

INVENTÁRIO de Maria Pereira Rangel, 1790. APEB, Salvador.

INVENTÁRIO de Sebastião Gago da Câmara, 1762. APEB, Salvador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Pinto de. *Bancos no Brasil colonial*. Salvador, Progresso, 1960.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1711). São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967

ARRUDA, J. Jobson de Andrade. A circulação, as finanças e as flutuações econômicas. In *Nova história da expansão portuguesa, o império luso-brasileiro 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986. v. VIII p.190

BRANDÔNIO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Publicações de Academia Brasileira, 1930.

CANABRAVA, Alice P. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1764-67. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 26 (4) : 95-123, out./dez. 1972.

FLORY, Rae J. Dell. Bahia society in the mid. Colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and the Recôncavo, 1680-1725, Tese Ph. D., University of Texas at Austin, mimeo.

LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.

MACHADO, Alcântara. *Vida e morte de um bandeirante*. São Paulo: Livraria Martins, 1972.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988